

ÍNDICE GERAL

PREFÁCIO	5
RESUMO.....	7
ABSTRACT	9
NOTA PRÉVIA	11
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS.....	13
CAPÍTULO I – Introdução	15
1. Delimitação do objeto do estudo.....	15
2. Estrutura do trabalho.....	20
CAPÍTULO II – O processo de harmonização do IVA europeu	23
1. Etapas no processo de harmonização	28
2. O papel do TJUE no processo de harmonização do IVA na UE.....	32
3. O Livro Verde sobre o futuro do IVA.....	39
CAPÍTULO III – O princípio estrutural do sistema comum do IVA: Neutralidade	43
1. Características do IVA: a neutralidade como princípio nuclear do imposto	45
2. Sujeito Passivo e Repercutido	53
3. O direito à dedução como garante da neutralidade do IVA	58
3.1. Requisito subjetivo: “ <i>fins das suas operações tributadas</i> ” ..	58
3.2. Requisitos objetivos e formais	66
3.3. Requisito temporal.....	75

4. “Relação direta e imediata” como requisito do direito à dedução e os <i>inputs</i> mistos	76
--	----

CAPÍTULO IV – **Determinantes subjetivas do direito**

à dedução	85
1. O conceito de “atividade económica”.....	85
1.1. Vinculação do “Sujeito Passivo” ao conceito de atividade económica	86
1.2. Atos preparatórios e atos consecutivos ao exercício de uma atividade económica.....	91
1.3. Tributação das atividades ilícitas	97
1.4. A exploração “passiva” de um bem como fonte de delimitação negativa do conceito de “atividade económica” – operações relativas a participações sociais	102
1.4.1. Aquisição e detenção de participações sociais... ..	104
1.4.2. Alienação de participações sociais – o Caso <i>SKF</i>	115
1.4.3. Posição da Autoridade Tributária	120
1.4.4. A dedução do IVA no âmbito da gestão de participações sociais	122
2. Delimitação negativa de incidência no âmbito das Pessoas Coletivas de Direito Público.....	130
3. As isenções nas operações internas	131

CAPÍTULO V – **A dedução (proporcional) do IVA**

e os “sujeitos passivos mistos”	147
1. Delimitação do âmbito da aplicação dos métodos de repartição dos <i>inputs</i> mistos – o art.º 23.º do CIVA	149
2. Metodologias propostas	154
3. Método da afetação real	160
3.1. Caracterização e exigências contabilísticas	160
3.2. Atividade económica Vs atividade não económica	166
3.2.1. Imposição legal da utilização da afetação real	166
3.2.2. Caso <i>Securenta</i>	168
4. Método de percentagem de dedução (<i>pro rata</i>)	173
4.1. Composição da fração	173
4.2. Enquadramento das subvenções	183

4.2.1. O conceito de “subvenção”	183
4.2.2. Subvenções tributadas <i>Vs</i> Subvenções não tributadas	185
4.2.3. O efeito das subvenções no cálculo do <i>pro rata</i>	190
4.3. Alienação de bens de investimento usados.....	194
4.4. Operações imobiliárias e financeiras acessórias	200
5. Regularizações iniciais e subsequentes do IVA deduzido....	207
5.1. Regularizações da dedução inicial.....	207
5.2. Regime especial de ajustamento das deduções dos bens de investimento	209
5.2.1. Regularizações do IVA proporcionalmente deduzido em bens de investimento	209
5.2.2. Exemplificação.....	217
5.2.3. Entrega de bens durante o período de regularização	223
5.2.4. Regras específicas de regularização para bens imóveis	229
5.3. Regularizações do ativo imobilizado: conceito de “serviços de investimento”.....	234
5.4. Afetação de bens entre setor isento ou não sujeito e um setor tributado – os autoconsumos internos.....	237
6. Recuperação do IVA suportado no estrangeiro – o Caso <i>Société Monte Dei Paschi Di Siena</i>	246
7. A dedução proporcional do IVA noutros Estados-membros da UE.....	255
CAPÍTULO VI – A utilização mista no âmbito dos “consumos privados”	263
1. Explicação do problema	263
2. Quantificação da base tributável	272
3. Enquadramento jurisprudencial.....	276
3.1. A dedução prévia do IVA como requisito à tributação do consumo privado – Caso <i>Kühne</i> e Caso <i>Fischer</i> e <i>Brandenstein</i>	276
3.2. Caso <i>Charles</i> e <i>Charles-Tigmens</i>	279

3.3. Caso <i>VNLTO</i>	286
3.4. Caso <i>Sandra Puffer</i>	295
3.5. Caso <i>Klub</i>	297
4. Diretiva n.º 2009/162/UE do Conselho – o fim dos esquemas de otimização fiscal.....	299
5. Doutrina da Administração Fiscal portuguesa – O caso do turismo rural.....	306
CAPÍTULO VII – Conclusões	309
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	327
LEGISLAÇÃO	337
Lista Cronológica dos acórdãos mencionados	339
1. Jurisprudência do TJUE	339
2. Jurisprudência nacional	344
APÊNDICE A – Isenções em benefício de atividades de interesse geral	347
APÊNDICE B – Isenções em benefício de outras atividades ..	351
APÊNDICE C – Operações que os Estados-membros podem continuar a isentar	353